Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano II nº 45
08/11/97 a 21/11/97
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

Bolsas caem, FHC avisa

Antonio Milena

Wladimir Souza

Trabalhador paga a conta

CURTAS

Demissões. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada recentemente, pretende demitir, até o final do ano, três mil empregados. A CVRD obteve um lucro líquido de R$ 455 milhões no período de janeiro a setembro de 1997, mas mesmo assim vai "reestruturar" a empresa, demitindo uma grande parte de seus empregados. O lucro da empresa também é resultado de uma redução dos gastos com impostos sobre vendas, de R$ 100 milhões para R$ 74 milhões, decorrentes da desoneração do ICMS sobre as exportações da companhia.

◆

Bancos. O Banco Central tentou desmentir rumores sobre a existência de bancos em dificuldades e reafirmar que o sistema financeiro brasileiro continua sólido. No entanto, na quinta-feira, 30 de outubro, as ações de bancos importantes tiveram quedas violentas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Entre os papéis de bancos que compõem o índice Bovespa, os mais afetados foram as ações preferenciais do Banespa, Itaú e Bradesco, que caíram 14,6%, 14,5% e 14%, respectivamente.

◆

Vergonha. Os 350 mil metalúrgicos dos setores de máquinas e eletroeletrônicos da base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, dirigido pela Força Sindical, terão um reajuste salarial de 4% em primeiro de novembro, e mais 1% em maio de 1998, perfazendo um total de 5,04%. Em "troca", os sindicalistas da FS concordaram que os patrões poderão excluir 12 cláusulas sociais e econômicas do acordo coletivo do setor. Além disso, a empresa que comprovar dificuldades financeiras para os sindicatos patronais e dos empregados estará desobrigada de cumprir o acordo coletivo. A pelegada da FS está mesmo em total acordo com a estratégia da Fiesp de liquidar as cláusulas sociais.

◆

Argentina. A crise das Bolsas fez com que investidores estrangeiros retirassem bilhões dos cofres argentinos. A solução para não desequilibrar de vez a economia argentina foi apresentada pelo ministro da Economia da Argentina, Roque Fernández: *"se for necessário o governo não hesitará em decretar a redução dos salários em 15%, como fez em 1995 após a crise mexicana."*

◆

Desemprego. A ABB, grupo internacional de engenharia elétrica e uma das principais companhias que têm atuado no Sudeste Asiático, pretende cortar 10 mil empregos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A empresa Adrantz, parceria entre a ABB e a alemã Daimler Benz, pretende cortar 3,6 mil empregos na Alemanha e Itália. Outras fábricas européias como a Siemens, a Peugeot e a Michelin também estão implementando grandes pacotes de demissões este ano.

◆

Infanticídio. Na China há duras leis para reduzir o número de nascimentos e uma clara preferência por meninos. Esta realidade tem motivado a morte em massa de bebês do sexo feminino por meio da negligência, do abandono, do infanticídio. Há relatos de corpos de meninas abandonadas em orfanatos que são removidos em carrinhos de mão e atirados num depósito de lixo da limpeza pública. Dados de um recente relatório feito na China dão conta de que do total de nascidos em 1995, estão faltando 9,6% de meninas. Desse percentual, 15% desapareceram por causa da mortalidade. Para os outros 85%, as causas são desconhecidas!

O QUE SE VIU

Edu Garcia

Prédio do INSS na região central de São Paulo foi ocupado por mil moradores de cortiço e sem-teto da cidade no dia 2 de novembro. Só na região metropolitana de São Paulo estima-se um total de 3 milhões de pessoas morando em cortiços ou já sem um lugar para morar.

O QUE SE DISSE

"O forte aumento dos juros é 'uma medida recessiva', mas o governo não tinha outra alternativa de curto prazo para enfrentar a crise das Bolsas."

"Nessas horas, temos de ter grandeza. Não está na hora de fragilizar o Banco Central."

Aloizio Mercadante, dirigente nacional do PT, que deu apoio às medidas do BC durante a crise das bolsas. Para Mercadante, os trabalhadores precisam ter um pouco mais de "grandeza": salvar o BC, o governo, os especuladores e os grandes capitalistas, tolerando mais desemprego, menos comida na mesa, cortes socais etc. Lamentável. No jornal *Folha de S.Paulo* em 1/11/97.

"Estávamos todas muito contentes e conversamos sobre a alegria de Nova York com os lugares todos cheios."

Lucila Gomes Borges, socialite em uma das nove festas patrocinadas por ricaços e diplomatas brasileiros em Nova York na mesma semana da crise das bolsas. Enquanto isso, aqui em baixo...

..."Sou brasileira e vou lutar por um país melhor. Se deixassem eu ficar onde estava, se arrumassem aquilo lá, eu ficava. Eu preferia viaduto, mas e as crianças?"

De Nivalda Alves, 52, que ocupou, com outros mil sem-teto, o prédio do INSS, na cidade de São Paulo, no domingo, 2 de novembro. Respectivamente, na revista *Veja* em 5/11/97 e no jornal *Folha de S.Paulo* em 4/11/97.

"Abrimos um processo de negociação com o PMDB porque a esquerda, sozinha, não ganha a eleição."

Aldo Arantes, deputado federal do PCdoB, após reunião com a presença do ex-presidente José Sarney. PCdoB, o retorno (nos anos 80 eles apoiaram o então presidente José Sarney). No jornal *O Estado de São Paulo* em 7/11/97.

P S T U

◆**Nacional:** Tel (011) 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (012) 341-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - CEP 22270-070 - Fone (021) 292-9689 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - Centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua Minas Gerais,197/ 2 - Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - CEP 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 423-6493 ◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆ **Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105 ◆ **Ribeirão Preto (SP):** Raua Viscon-de de Rio Branco, 846 - CEP 14015-000

Os nossos três endereços eletrônicos são:

sede.pstu@mandic.com.br
opin.socialista@huno.com.br
http://www.geocities.com/CapitolHill/3375

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

EDITORIAL

Barrar as reformas de FHC

O "crash" das bolsas de valores em todo mundo colocou por terra toda a propaganda do imperialismo de um mundo sem crises. A vitória do Capital e do Liberalismo sobre o socialismo, o fim das grandes greves, a globalização como o ápice do sistema capitalista. Tudo o que era sólido, como as ações da Microsoft, desmanchou-se no ar em poucos dias.

A dolarização no sudeste asiático já não tem sustentação. A crise das bolsas terá reflexos na economia norte-americana. O Citcorp, um dos maiores bancos dos Estados Unidos tem 20% de seus lucros apostados na Ásia; a Boeing projeta vender um terço de suas aeronaves para essa região. É por isso que as ações na bolsa de Nova York despencaram com a crise asiática.

A crise chegou ao Brasil, mas não como produto de uma catástrofe natural e sim pelas conseqüências da aplicação do Plano Real. O crescimento das contradições da política econômica do governo colocou o Brasil na rota da crise das bolsas.

A incapacidade de continuar remunerando os capitais internacionais com o câmbio sobrevalorizado, a partir do crescimento da dívida pública e das contas externas do governo, e a perspectiva da desaceleração da economia com o desinflar das bolsas, colocaram o real na alça da mira.

Para salvar e manter aqui os investimentos e lucros dos capitalistas internacionais, o submisso governo brasileiro eleva a taxa de juros e anuncia cortes no Orçamento.

Mas a política do governo não ficará por aí e FHC já anuncia: "Nós temos que flexilibilizar nossa legislação", ou seja aumentar a exploração sobre os trabalhadores pois esta será a forma de garantir os lucros e manter o país atrativo ao capital internacional.

Por isso os trabalhadores e a juventude estão colocados diante de uma tarefa inadiável: barrar as reformas de FHC. O **PSTU** faz um chamado ao movimento sindical e a juventude para cerrar fileiras e construir a mobilização unificada dos trabalhadores da cidade e do campo, da juventude e do movimento popular para construir uma forte mobilização que impeça o governo de aprovar a Reforma da

Ronaldo Barroso

Previdência, a Reforma Administrativa e o contrato temporário.

Neste sentido, o ato marcado pela CUT em Brasília para o dia 12 deverá centralizar as atenções do conjunto do movimento. Bem como as campanhas salariais que devem ser cercadas de solidariedade. Em cada um dos estados podemos e devemos construir atos e mobilizações.

Entretanto, as tarefas que estão colocadas para o movimento operário e popular não estão sendo encaradas da mesma forma pelo PT e PCdoB que são os partidos majoritários da classe trabalhadora.

Quando FHC faz um chamado à "unidade nacional", Mercadante responde afirmativamente. O PT não diz nenhuma palavra sobre o que devemos fazer, nenhuma palavra sobre o fato de que estas reformas servem, por exemplo, para retirar o salário do funcionalismo para pagar juros a agiotas.

A resposta do PT e do PCdoB à crise é fruto de sua política de Frente Ampla, e de unidade com setores da burguesia (que estão, diga-se de passagem, a favor das reformas). Não é coincidência que Mercadante e Ciro Gomes aceitem o chamado a unidade nacional de FHC. De outro lado, a bancada Federal do PCdoB reuniu-se com Sarney e Requião e a conclusão do deputado e líder da bancada Aldo Arantes é que a esquerda sozinha "não ganha a eleição".

A necessidade da Frente Classista, que chame a resistência e construa a mobilização é uma necessidade. A aliança com a burguesia já está pavimentando o caminho para derrotas. Por isso, não basta apenas rechaçar a unidade com FHC, como faz a nota oficial da direção do PT, é necessário chamar a luta para derrotá-lo nas ruas. É necessário construir uma resistência ativa aos violentos ataques que virão, uma resistência que unifique os trabalhadores e que comece a colocar a necessidade de uma greve geral.

Os banqueiros, especuladores e os patrões devem pagar pela crise. As reformas não servem para salvar o país, servem sim para salvar os lucros dos capitalistas. O grande responsável pela crise é o governo FHC, que entrega o país aos banqueiros, e a grande tarefa que está colocada é a de construir a luta para barrar as Reformas. Não a unidade Nacional! Não as Reformas! Ruptura com o FMI e não pagamento da dívida externa e interna! Não ao desemprego! Redução da jornada sem redução de salários! Reforma Agrária Já!

CARTAS

Ataques a militante do PSTU em Curitiba

Estamos enviando cópia de uma nota publicada no jornal Folha Popular, nº 46, no qual na coluna "Chupa Cabra" consta nota difamatória ao companheiro do PSTU de Curitiba, professor Claudemir Figueiredo. Este jornal é ligado a Articulação. Solicitamos a publicação na seção de cartas tanto da nota de acusação como a resposta pública do companheiro. Também estamos enviando o número do fax do jornal Folha Popular (041) 322-0894 para que sejam enviados notas de repúdio a atitude do jornal. Enviamos também o fax do sindicato ao qual o companheiro pertence para mensagens de solidariedade (041) 224-2772.

Nota do jornal Folha Popular

Stalin dos cajus
Um professor Pernambucano, do glorioso PSTU, mostrou-se tão ditador na viagem a Foz que mais parecia do PFL. Dizem que os extremos se encontram.

Pernambuco não é a Sibéria

Quero fazer algumas considerações sobre a nota "Stalin dos Cajus", publicada na coluna "Chupa Cabra", da edição nº 46 deste jornal. O título foi infeliz ao ligar ao ligar o meu nome e meu partido a um assassino, traidor dos povos e falsificador da história.

Fui, na oportunidade (Foz do Iguaçu, em 27/9), coordenador do ônibus do Núcleo Sindical de Curitiba. Todas as decisões foram tomadas coletivamente, com a anuência dos(as) professores(as) e após discussão prévia com os presentes.

Portanto, não houve qualquer atitude autoritária ou algo que trouxesse semelhanças entre a minha prática e a do PSTU à do PFL ou a de Stalin. Dizem que os extremos se encontram. É mentira, eles se chocam.

Claudemir Figueiredo, professor de história e membro da APP-Sindicato/ Núcleo de Curitiba, pernambucano e militante do PSTU

Instabilidade nas bolsas de valores prossegue em todo o mundo

Pânico nas bolsas anuncia nova crise do capital

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Na semana passada, em momento de pânico com a fuga maciça de capitais externos e com o fim das veleidades em torno do plano de estabilização brasileiro, o presidente do Banco Central do Brasil declarava: *"não existe teoria que explica esses movimentos .... não sei o que está acontecendo"*. Já o presidente da República, quando perguntado sobre o tempo que vai vigorar a elevação das taxas básicas de juro internas para 42%, respondeu: *"Só Deus sabe"*. Talvez indignado com a impotência dos seus chefes frente aos demônios que eles mesmos ajudaram a criar, conta-se que um funcionário do alto escalão do governo bradava pelos corredores da sua repartição: *"É preciso reler O Capital"* (contado pelo economista Luiz Gonzaga Belluzo, *Folha de S.Paulo* 2/11/97).

Os últimos choques ocorridos nas bolsas de valores em todo o mundo não são "desequilíbrios" passageiros do mercado. Também as turbulências nos preços das ações, papéis que representam a propriedade do capital — quer dizer, o direito privado sobre uma parte do trabalho social — não se limitam às bolsas de valores. Essas quedas nos preços das ações em todo o mundo são os sinais anunciadores de que o capital mundial já entrou em mais um período de desvalorização, de crise cíclica e periódica de superprodução mundial.

Em seguida aos atuais ataques especulativos, abre-se também uma temporada de queima de grandes massas de capital, realizando-se assim aquela desvalorização do capital global. Essa queima começa na superfície do sistema, nas suas esferas improdutivas: bolsas de valores, finanças públicas e sistema bancário, mercado cambial, comércio exterior etc.

A tendência é que todos os "ativos" envolvidos nessas esferas improdutivas sofram pesados choques de deflação (queda de preços e lucros), acompanhados por elevação das taxas de juro. Só depois dessa primeira fase começa um período de desaceleração dos investimentos produtivos, falências de indústrias, queda catastrófica da produção e desemprego generalizado.

A queda das ações expressa nova crise de superprodução mundial

Mas a queima do capital não começa apenas nas esferas improdutivas. Tem que se escolher também quem serão os primeiros a serem cremados. Forma-se a fila. As primeiras economias nacionais a sofrerem os efeitos da superprodução do capital global são as economias dominadas, da periferia do sistema, totalmente dependentes dos fluxos de capitais centralizados nas economias dominantes e das orientações de políticas econômicas impostas por grandes organismos internacionais como FMI, OMC, Banco Mundial, etc.

Estagnação chega aos tigres asiáticos

Nos últimos dias, a simples menção do nome Hong-Kong faz os capitalistas e governos de todo mundo suarem frio. Entretanto até pouco tempo atrás esse era um nome que transmitia a idéia de solidez econômica, otimismo com os negócios e certeza de lucros. Era o próprio símbolo do "século do pacífico", da globalização triunfante levada até os confins da China, Malásia, Tailândia, Filipinas, Indonésia etc. Hong Kong e tigres asiáticos se confundem. Foram esses tigres que mais cresceram nas últimas décadas, no período dominado pela globalização dos mercados e pela mundialização do capital.

No último ciclo (1992-96), a produção se acelerou principalmente nos "tigres de última geração" China, Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas. Algumas economias dessa região como Hong Kong e Cingapura não são propriamente economias nacionais, mas cidades-Estado em que o sistema imperialista centraliza o capital financeiro, as bolsas de valores e os entrepostos de comércio do restante da área, principalmente da grande China continental. Por isso, mesmo sem produzirem nada, a evolução econômica desses centros financeiros refletem as condições da produção da China e dos demais tigres de segunda geração.

A Coréia do Sul é a economia mais desenvolvida desse bloco e tem vida própria. O Japão, não entra neste bloco por uma razão muito simples: é uma economia dominante, imperialista, não apenas na sua própria área geo-econômica asiática, mas a nível mundial.

Baseados no quase pleno emprego de várias centenas de milhões de miseráveis assalariados, produção voltada para as exportações, disponibilidade ilimitada de investimentos multinacionais e importação de modernas tecnologias, os tigres asiáticos se transformaram em verdadeiras máquinas produtoras de eletrônicos de consumo, automóveis, semi-condutores, petroquímica, aço etc.

A Formação Bruta de Capital Fixo nessas economias girava até recentemente em torno de 35% do PIB, quase o dobro do índice da América Latina. Isso ocorreu particularmente no último ciclo de expansão do capital global (1992-1997).

Mas, a partir de 1995, antecipando o que só agora começa a ocorrer na totalidade da economia mundial, os tigres viram de repente tudo aquilo que era virtude, eficiência e admiração do resto do mundo capitalista se transformar em pesadelo: a produção se transformar em superprodução. (J.M.)

ECONOMIA

Dois anos de declínio

Os tigres manifestaram mais cedo os limites da superprodução devido à forma capitalista de exploração que predomina na região, a produção baseada na mais-valia absoluta. Essa realidade, comum aos países da América Latina, baseia-se em salários muito abaixo do valor da força de trabalho e no prolongamento da jornada de trabalho. A flexibilização da jornada é generalizada em toda a área. Como conseqüência da predominância da mais-valia absoluta, a parte do capital variável (força de trabalho) é predominante sobre o capital constante (máquinas, instalações e matérias primas).

Exportações nos tigres asiáticos só crescerão 2 % em 97

Um parenteses importante. Isso não se dá sem choques violentos entre as classes. Desde o final dos anos 80 os operários coreanos travam uma contínua guerra com os capitalistas dos "chaebols" (grandes corporações) da Hiunday, Samsung, Daewoo, Kia, etc. Através de sindicatos independentes, greves, manifestações de rua e enfrentamentos, conseguiram arrancar uma elevação real dos salários de mais de 8% ao ano. Hoje, o nível salarial na Coréia já equivale a 80% da média dos trabalhadores americanos e europeus, sendo maior do que os dos ingleses. Na primeira greve geral deste ano, por exemplo, que barrou a decisão do governo de forçar uma maior flexibilização do mercado de trabalho, os trabalhadores comandaram uma manifestação em 26 de janeiro, no centro da capital Seul, que reuniu 300 mil pessoas. Permanece, entretanto, a antiga jornada semanal de trabalho legal de 54h30m! (*Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1997).

A produção nacional baseada na mais-valia absoluta será sempre menos competitiva do que aquela baseada na mais-valia relativa, que predomina nas economias dominantes. Enquanto a superprodução não se generaliza para o mundo, as economias dominadas não encontram maiores problemas para continuar se endividando, importando, exportando e ... mantendo seus lucros. Assim foi para os tigres, até 1996.

Mas a medida que o ciclo avançava, reduzindo a taxa média de lucro na totalidade da economia mundial, a tão badalada competitividade asiática começou a declinar perigosamente, levando a uma profunda desaceleração das exportações, justamente onde mais da metade da produção daquelas economias precisa se realizar: se em 1994 e 1995 as exportações dos tigres ainda cresciam a uma taxa de 20% ao ano, no ano passado elas se desaceleraram para apenas 5%. Em 1997 será de 2%! **(J.M.)**

Moedas e Chips

As taxas de câmbio das economias asiáticas sempre foram rigidamente atreladas ao dólar americano. O enfraquecimento do dólar em 1994 e 1995 ajudou a ampliar as exportações, mas no ano passado a situação se inverteu. O dólar subiu 50% em face do iene japonês, corroendo muito da competitividade dos exportadores asiáticos em relação aos fabricantes japoneses.

Outro fator que deprimiu as exportações dessas economias foi o seu alijamento do mercado mundial de semi-condutores e outros produtos eletroeletrônicos, que representam uma parte substancial das suas exportações. Os preços dos chips de memória para computadores, por exemplo, caíram mais de 80% em 1996.

Desde o ano passado as economias asiáticas entraram em uma profunda depressão de preços e, conseqüentemente, do lucro das suas empresas. Desde então várias bolsas de valores da região já começaram a se desvalorizar, paralelamente a essa superprodução de capital, queda da taxa de lucro e pressão sobre o valor defasado de suas moedas.

Durante algum tempo, essas fragilidades foram compensadas com um frenético endividamento externo, ajustes fiscais recessivos e aumento da exploração dos trabalhadores. A primeira a explodir foi a Tailândia, que desde agosto já desvalorizou sua moeda nacional em mais de 80%. Em seguida vieram as demais — Filipinas, Malásia, Indonésia. Agora chegou a vez de Hong Kong, que nada mais é do que uma manifestação da mesma crise que já começa a atingir a China e a Coréia do Sul. (J.M.)

France Press

Populares de Hong Kong acompanham índices das bolsas

Exportações mantém o Japão

A bacia do Pacífico representa mais de 30% da produção mundial. É crucial para a economia americana e européia. Mas é muito mais para o Japão. Nos últimos dez anos, o Japão mergulhou mais do que nunca sua economia na sua própria área geo-econômica. É nela que se concentram mais da metade dos seus investimentos diretos externos. O comércio segue o mesmo sentido. Em 1985, as exportações do Japão para os Estados Unidos eram 30% superiores àquelas destinadas à Ásia. Em 1995, aquela relação se inverteu: as vendas japonesas para os tigres são mais de 30% superiores àquelas destinadas aos Estados Unidos.

Só uma circunstância ainda mantém a economia japonesa em movimento: a desvalorização de mais de 50% da sua moeda frente ao dólar americano, nos últimos dezoito meses. Isso permitiu uma retomada das suas exportações para os Estados Unidos e a recuperação de uma parte da taxa de lucro da sua economia. Mas essa situação será interrompida quando a crise estourar de maneira mais decisiva na Coréia e na China.

A Ásia soará a sirene de última chamada para que toda a economia mundial entre em um pesado choque de estagnação e crise na produção. E pela primeira vez no pós-guerra uma crise cíclica atingirá uma economia dominante; chegará até o Japão, não se contentando, como até agora, apenas com o sacrifício de áreas e economias dominadas da periferia. **(J.M.)**

◆ *Crescimento do PIB, media anual (em %)*

	1970-79	1980-89	1990-96
Hong Kong	9,2	7,5	5,0
Cingapura	9,4	7,2	8,3
Taiwan	10,2	8,1	6,3
Coréia do Sul	9,3	8,0	7,7
Malásia	8,0	5,7	8,8
Tailândia	7,3	7,2	8,6
Indonésia	7,8	5,7	7,2
China	7,5	9,3	10,1
Filipinas	6,1	1,8	2,8
Economias dominantes	3,4	2,6	2,0

Fonte: FMI.

O Brasil não ficou imune a queda das bolsas. Pelo contrário, pela primeira vez em três anos o Plano Real foi seriamente ameaçado e saiu ferido do crash nas bolsas. O governo e a classe dominante já sinalizaram qual será o caminho daqui por diante: aprofundar as reformas, os ataques aos salários, às cláusulas e direitos sociais e mais desemprego. Tudo isso para salvar os investimentos e os lucros dos grandes capitalistas e especuladores. Para os trabalhadores, o caminho só poderá ser o da mobilização apresentando um programa de ruptura com a ordem "globalizada" do grande capital e o projeto neoliberal.

Quem pagará essa conta?

Plano Real tem bases podres

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

As mesmas condições e oscilações macroeconômicas asiáticas também se verificam no Brasil: frenético endividamento público e privado no exterior, nos últimos anos; déficit comercial crescente e incontrolável; déficit nas transações correntes, que já ultrapassa 5% do PIB, exigindo massas crescentes de capitais externos para fechar o Balanço de Pagamentos; aumento dos encargos financeiros do setor público e privado, levando a crescentes déficits fiscais e aumento da inadimplência do setor privado; iminência de quebra do sistema bancário, etc.

Pode-se dizer que essa deterioração brasileira é ainda maior do que nas economias asiáticas. Isso pode ser verificado nas taxas de juros internas muito mais elevadas no Brasil do que nos tigres asiáticos. E também nas taxas pagas no mercado financeiro internacional, onde o "spreed" (taxa de risco) cobrado nos empréstimos para o Brasil são os maiores do mundo.

Por isso, os capitalistas brasileiros, seu governo e seus economistas não podem alegar que o Plano Real "corre perigo" apenas porque aconteceu uma inesperada crise externa. Antes, eles devem dizer o que há de interno no seu plano de estabilização e na estrutura econômica brasileira.

Todos sabem que o real se sustenta apenas porque ele está dolarizado, quer dizer, ancorado em uma absurda paridade fixa com a moeda americana. É o mesmo artifício utilizado pelos tigres asiáticos, que também se orgulhavam até pouco tempo de uma "inflação de primeiro mundo".

A economia brasileira tem todas as credenciais para ser escolhida como uma das mais importantes da periferia para ser progressivamente cremada neste início de mais um período de crise na economia mundial. Não se trata aqui de uma conspiração, tirada do "saco de maldades" do FMI. A implantação do Plano Real criou essas credenciais, e as decisões do FMI/Banco Central do Brasil dos últimos dias apenas reservam um lugar privilegiado para o Brasil na fila dos primeiros a serem sacrificados.

Os desdobramentos dessas credenciais de crise na economia brasileira serão comandados pela evolução do choque de superprodução global que atingirá o centro do sistema, particularmente a sua economia de ponta, a economia americana.

André Dusek

FHC anuncia "ajuste rigoroso"

Arquivo

Medidas do governo vão penalizar trabalhadores

Dívida pública vai explodir

João Ricardo,
da redação

No Brasil, o acelerado endividamento público que chega a casa dos US$ 281,7 bilhões (incluindo estados e municípios) gera uma despesa de US$ 44,9 bilhões somente de juros.

O déficit comercial crescente e incontrolável junta-se ao déficit nas transações correntes, tudo isso exige cada vez mais uma crescente massa de capitais externos para financiar o déficit do governo. O "crash" das bolsas potencializa as contradições do plano deixando o governo com uma margem de manobra cada vez menor.

O governo tem como único objetivo a garantia dos lucros dos grandes empresários e banqueiros, nacionais e internacionais. Para isso é obrigado a manter o real sobrevalorizado. Ou seja, 1 real deve valer aproximadamente 1 dólar para que cada real transformado em lucro saia do país na forma de 1 dólar.

A saída que o governo aplica para a crise nas bolsas, aumentar os juros para impedir a fuga dos dólares, ou seja, remunerar os capitais com uma taxa de 42% ao ano, a segunda maior taxa de juros do mundo (perde apenas para a Turquia) seguiu as ordens do FMI.

O problema é que o remédio pode matar o doente. O governo deve dar garantias que tem condições de seguir pagando os juros, e não desvalorizar a moeda. Acontece que a elevação dos juros sobe o patamar da dívida pública, e se prolongada no tempo terá um efeito recessivo devastador.

A elevação da taxa acrescenta R$ 2 bilhões por mês em pagamento de juros da dívida pública. Para se ter uma idéia do que isso significa a Vale do Rio Doce foi entregue por R$ 3,47 bilhões, o governo entrega por mês praticamente uma Vale do Rio Doce aos banqueiros nacionais e internacionais. Se o governo for obrigado a manter as taxas atuais de juros por um tempo maior do que o esperado, o aumento da dívida pública e a recessão deixará o real mais do que abalado.

A catástrofe tem nome: FHC

"Salvar o país", este foi o chamado de FHC diante da crise das bolsas. Mas num passe de mágica o governo tenta fazer desaparecer os responsáveis pela crise. Os banqueiros e os bancários, os metalúrgicos e a FIESP, o funcionalismo e o governo: *"todos juntos para defender a moeda"*. O chamado de FHC foi prontamente atendido por alguns dirigentes do PT como Aloisio Mercadante. Mas uma pergunta: salvar o país de quem? de uma catástrofe da natureza como as chuvas do *El Nino* ou de um maremoto?

O que se abate sobre o país não é uma catástrofe natural, pelo contrário, a catástrofe que nos ameaça tem um nome: FHC e sua política de completa submissão do país ao imperialismo. E mais uma vez os trabalhadores serão chamados a pagar a conta.

FHC e a sua imprensa tentam nos convencer de que estamos todos no mesmo barco. Acontece que os botes salva-vidas estão destinados aos banqueiros e empresários. FHC e seu governo não estão preocupados em "salvar o país" ao contrário, estão sim agindo rapidamente para salvar os lucros dos especuladores e banqueiros. Eles chamam a "unidade nacional" para acabar com a aposentadoria, para demitir o funcionalismo, para dar reajuste zero de salário para os trabalhadores, para acabar com as cláusulas sociais, para cortar verbas da educação e saúde.

Aliás, a flexibilização da legislação trabalhista será o principal alvo da unidade FHC/Fiesp.

Eles dizem que o país está "cercado por um ataque do capital especulativo internacional". Mas o que o governo está fazendo, para manter esses capitais aqui, é alimentá-los ainda mais e melhor, através do pagamento de altas taxas de juros das dívidas externa e interna, às custas da exploração e da miséria dos trabalhadores.

Os trabalhadores e a juventude não podem cair nesta conversa fiada de "unidade nacional". O **PSTU** diz não a esta "unidade". O primeiro responsável pela crise é FHC, que governa em sintonia com o FMI, para favorecer os capitalistas. Os ricos é que paguem a crise. **(J.R.)**

Sergio Koei

Que os ricos paguem pela crise!

O programa do governo para que os "especuladores não ataquem o país" é tirar dinheiro dos trabalhadores e dos serviços públicos e sociais para pagar mais juros aos especuladores, para que eles continuem aqui. O PSTU defende que os ricos paguem a crise e apresenta as suas propostas.

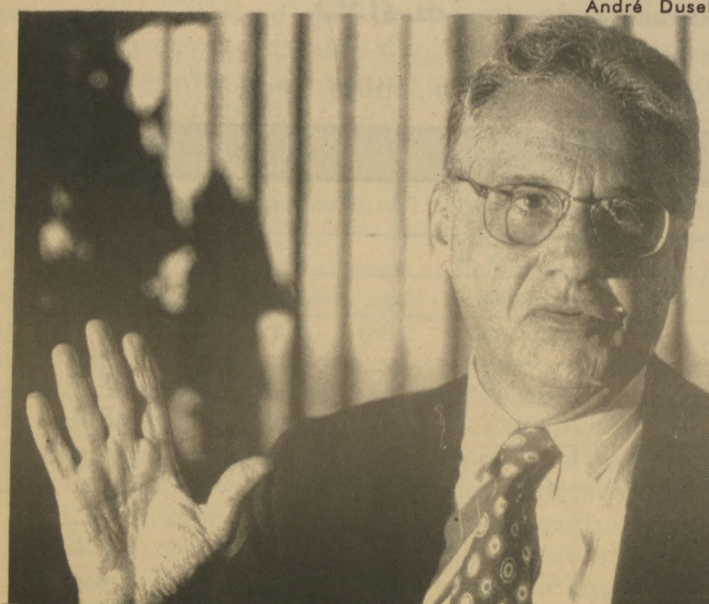
Defendemos a ruptura imediata com o FMI. É preciso não pagar a dívida externa e não pagar a dívida interna aos banqueiros e grandes empresários. Essas duas dívidas são uma agiotagem pura. O país transfere para os banqueiros, na forma de juros e pagamento de parcelas do principal, boa parte de tudo o que o país produz. Esse ano — ainda antes desse aumento de juros — o país desembolsará mais de U$S 40 bilhões para os banqueiros.

Imediata estatização do sistema financeiro. Essa é a única forma de não permitir que os especuladores levem o dinheiro parado por aqui para fora do país e, também, é a única forma de colocar os recursos existentes nos bancos para financiar, dar crédito barato ao pequeno produtor, além de redirecionar esse dinheiro para educação, saúde, moradia. etc. Defendemos que seja proibida e suspensa toda remessa de lucros, royaltes, etc, que mensalmente são mandadas pelas multinacionais para fora do Brasil.

Destituição imediata da diretoria do Banco Central e que este seja colocado sob controle dos trabalhadores, a partir dos funcionários de carreira do banco e dos bancários de todo país, através de seus sindicatos. Os ex-presidentes do BC são donos de bancos de investimento e de corretoras de valores, que têm enormes lucros de acordo com a política monetária do BC. Agora, com o crash global, alguns deles perderam dinheiro (Ibrahim Éris, dono da corretora Linear, ex-presidente do BC; Pérsio Arida, dono do BBA, etc) e a chamada "união nacional" é para salvar esse tipo de gente.

Anulação das privatizações. É preciso parar imediatamente a entrega do patrimônio público e de estatais estratégicas e lucrativas aos grandes bancos e monopólios privados. Defendemos não só que pare esse programa de privatizações, como que sejam anuladas as privatizações já realizadas, queremos a Vale, a Light, a CPFL, a CSN, nas mãos do estado e controladas pelos trabalhadores.

Essas medidas ganham muita importância nesse momento. O governo FHC, representante dos grandes capitalistas e submisso aos monopólios internacionais não irá dar qualquer passo nesse sentido. Essas propostas só poderão ser garantidas através da mobilização dos trabalhadores.

MOVIMENTO *Categoria está em campanha contra a redução e cortes de direitos*

Petroleiros realizam dia de mobilização

Chico Porto,
da redação

Os trabalhadores da Petrobrás realizaram no dia 6 de novembro um dia nacional de mobilização da categoria com atos, cortes de rendição, paralisações, atrasos na entrada de ponto e até jejum de 12 horas.

A diretoria da Petrobrás, o governo FHC e o Tribunal Superior do Trabalho continuam tratando a ferro e fogo os trabalhadores petroleiros no Brasil. Além do achatamento salarial e perda do poder aquisitivo, a empresa agora insiste na cláusula que reduz direitos para os novos empregados, jogando no lixo conquistas de 40 anos. Os aposentados também estão sendo discriminados na proposta de acordo coletivo da empresa que prevê a perda da equiparação com os trabalhadores da ativa.

Empresa quer jogar no lixo conquistas de 40 anos da categoria

A empresa ainda impõe a modificação do atual plano de saúde, conhecido como AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde). Aproveitando-se da falência do sistema de saúde pública do país e da crise gerada no mercado de planos de assistência médica, tenta impor à categoria condições rebaixadas na AMS, aumentando a participação do empregado e esperando com isso obter um ganho anual de US$ 30 milhões.

Segundo boletim da diretoria da Federação Única dos Petroleiros (FUP), "*A redução dos direitos trabalhistas para os novos empregados aos patamares mínimos da CLT é, entre outros, um dos piores pontos da proposta da empresa*". Os petroleiros não querem ver sua categoria dividida entre os "*com direitos*" e os "*sem direitos*" Esta estratégia da empresa faz parte do plano do governo para entregar as unidades da Petrobrás à iniciativa privada, já com uma mão-de-obra mais barata.

As manifestações dos petroleiros no dia 6 foram uma importante demonstração de os trabalhadores da Petrobrás não estão dispostos a aceitar esta imposição do governo. Como disse Clarkson Araújo, da direção da FUP e do **PSTU**, "*se a Petrobrás não reabrir as negociações o caminho poderá ser a volta de uma greve geral dos petroleiros no país*".

Além da campanha específica dos petroleiros, a categoria estará presente no ato convocado pela CUT para 12 de novembro, em Brasília. Neste sentido, Clarkson ressalta a necessidade de unificação das mobilizações ainda neste segundo semestre para enfrentar o governo FHC: "*temos que preparar uma mobilização única ainda neste semestre, podemos unificar outras categorias como os servidores públicos, trabalhadores de estatais como correios, os urbanitários e outros setores do movimento social como os sem-teto e sem-terra para enfrentar o governo FHC. A CUT não pode deixar cada movimento isolado, nem transformar o dia 12 num palanque para uma frente ampla contra FHC*".

Após dois anos e meio, a categoria, que ainda sustenta lideranças demitidas, tem seus sindicatos com as contas bloqueadas, recursos contra as multas impostas em 1995 negados pelo Supremo Tribunal Federal e corte na liberação de dirigentes sindicais. No entanto, fez uma importante demonstração de resistência no último dia 6.

Arquivo

Petroleiros voltam a realizar manifestações

As manifestações no dia 6

Houve mobilizações em praticamente todos as unidades da Petrobrás, com adesão de 70% da categoria. No Pará, a paralisação foi realizada das 7 às 11h30 da manhã, com participação de 60% do pessoal administrativo e ato no refeitório em Porto Urucu. Em Manaus houve corte da rendição com adesão de 90% do turno.

Em Sergipe, a paralisação foi parcial. Na Bahia a BR 324 foi interrompida com uma concentração de cerca de 2 mil pessoas.

No Estado do Rio de Janeiro, a mobilização foi implementada em 12 plataformas com ações como o uso de tarja negra, operação padrão, corte de informações e até jejum de 12 horas. Na Baixada Fluminense, 95% da operação aderiu ao corte de ponto. Na cidade do Rio de Janeiro também houve mobilizações e no edifício sede foi realizado um ato com a participação da CUT-RJ e da UNE.

Em Minas Gerais, houve paralisação de 2 horas. Desde o dia 5 de novembro, a superintendência reteve os grupos de turno e requisitou colchões para o pessoal passar a noite, além de ameaçar quem participasse da mobilização.

Em todo o Estado de São Paulo houve mobilização. Em Campinas, ato e show com a participação de dirigentes sindicais e parlamentares. Em Cubatão um grande ato reuniu cerca de 600 pessoas e, a partir da zero hora, iniciou-se o atraso de 2 horas com 100% de adesão do turno. (C.P.)

Governo quer cortes nas estatais

A imposição de cortes de conquistas sociais, precarização das relações de trabalho e desmonte das empresas estatais é difundida pelo Comitê de Controle das Estatais (CCE) do Ministério do Planejamento. É uma linha claramente coordenada com outras políticas de FHC que servem aos grandes grupos econômicos e desmascara cada vez mais uma das âncoras do real: o ataque aos serviços públicos e às condições de vida dos trabalhadores e da população pobre através do corte de conquistas e serviços sociais.

Enquanto de um lado o governo lança mão de um congelamento salarial para o funcionalismo público da administração direta, que já dura mais de mil dias; de outro lado tenta impor a Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa e a flexibilização das leis trabalhistas.

Os trabalhadores de estatais, além da ameaça de privatizações e conseqüentes demissões, enfrentam também ataques muito próximos aos que enfrentam os trabalhadores de empresas privadas.

Recentemente os metalúrgicos do ABC denunciaram as orientações que a FIESP estava dando aos seus sindicatos filiados para as negociações com os sindicatos metalúrgicos no Estado de São Paulo que caminhavam na mesma direção da Comissão de Controle das Estatais: congelamento salarial, zero de produtividade, corte no valor das horas extras e adicional noturno e ataque aos aposentados, entre outras. **(C.P.)**

BRASÍLIA *Debate reúne militância de esquerda no Distrito Federal*

Frente Classista é alternativa a Buarque

Regional PSTU,
Distrito Federal

No dia 16 de outubro, na sede do **PSTU** de Brasília, realizou-se um debate sobre a conjuntura e a política para as eleições de 1998. O evento foi muito expressivo, contando com a participação do ex-presidente do PT-DF Orlando Cariello, que recentemente aderiu ao **PSTU**; do deputado estadual Lindberg Farias (**PSTU**-RJ) e do senador Lauro Campos (PT-DF).

Compareceram ao debate cerca de 80 pessoas, incluindo vários militantes do PCB, PCdoB, grupos de esquerda do PT (CDR — Comitê de Defesa da Revolução, Compromisso de Classe) e um grupo de militantes prestistas.

Evento contou com a presença do senador Lauro Campos do PT

Lindberg Farias explicou a sua ruptura com o PCdoB e enfatizou a necessidade da candidatura Lula com um vice do MST. Orlando destacou a necessidade de se construir uma alternativa da esquerda contra o governo de Cristovam Buarque (PT), candidato à reeleição. Lauro Campos analisou profundamente as contradições do Plano Real, criticando FHC e toda a sua política neoliberal. Também se posicionou contra o "protocolo" assinado por Cristovam com a área federal.

Com razão, pois o governo de Cristovam Buarque no Distrito Federal voltou as costas para a classe trabalhadora e vem aplicando os mesmos planos neoliberais de FHC. Manteve intacto o aparato repressivo e desencadeou uma intervenção militar sobre os moradores da cidade Estrutural, transformando o problema habitacional em caso de polícia. Até hoje tem se recusado a abrir publicamente as contas e contratos do Metrô, inclusive do período Roriz/Arruda; perdoou a dívida dos empresários de Brasília (R$ 500 milhões) e tem se enfrentado com o movimento sindical e suas lutas.

Dando seqüência à sua política de conciliação, o governador acaba de assinar com FHC um "protocolo" que privatiza várias empresas estatais (Metrô, Ceasa, SAB etc); retira conquistas e congela os salários dos servidores.

Durante o debate, Ricardo Guillen, presidente do **PSTU**-DF, explicou a política eleitoral do partido: *"no Distrito Federal, nos contrapomos às candidaturas de Roriz, Arruda e Augusto Carvalho. Propomos que seja conformada uma Frente Classista que lance um candidato dos trabalhadores, de luta contra FHC e todos aqueles que aplicaram a sua política. Fazemos um chamado aos militantes do PT, PC do B e PCB, aos militantes do movimento estudantil, sindical e popular para juntos unirmos as esquerdas em cima de um programa de luta contra o neoliberalismo, pelo socialismo e que mantenha a independência de classe".*

Arquivo

De esquerda para à direita, Lauro Campos, Cariello, Guillen e Lindberg

Depois do debate, fazendo um balanço do evento, Orlando Cariello comentou: *"o debate mostrou a disposição da militância do **PSTU** e de inúmeros setores da esquerda de dar uma resposta de conteúdo classista, combativa, às questões colocadas pela conjuntura. As políticas neoliberais vêm para intensificar a exploração do capital sobre os trabalhadores. As políticas de conciliação de classes, social-democratas ou de centro esquerda, são uma linha auxiliar do neoliberalismo. Lauro Campos e Lindberg contribuíram decisivamente para que o debate apontasse para a necessidade de uma estratégia e uma tática políticas verdadeiramente comprometidas com as lutas dos trabalhadores e o socialismo. Certamente, a proposta de Frente Classista e dos trabalhadores deu um passo adiante no Distrito Federal".*

JUVENTUDE *Congresso da UBES começa no dia 12 de novembro*

Estudantes secundaristas vão debater estratégia contra FHC

Leon Cunha,
membro da Executiva Nacional da UBES

No 32º Congresso da UBES, que se realiza entre os dias 12 e 16 de novembro, os estudantes secundaristas têm um grande desafio: aprovar um plano de mobilização baseado na unificação das lutas de todos os estudantes e trabalhadores do campo e da cidade. Só assim será possível barrar a reforma educacional de FHC, que pretende acabar com a educação pública e gratuita e colocá-la a serviço dos interesses do capitalismo.

O Conubes é também o momento de avaliar estes dois anos de gestão que ao nosso modo de ver, foram um desastre para a organização dos estudantes. Em alternativa à política de imobilismo e conciliação da direção majoritária (PCdo B/*UJS*), devemos seguir os heróicos exemplos das escolas técnicas e de magistério, que provaram que é possível organizar a luta contra a nova LDB, contra o fim da educação pública e gratuita e a separação do ensino técnico do ensino de 2º grau.

Todas estas discussões estão subordinadas à polêmica central que atravessará o congresso: o programa, a estratégia e as alianças que a UBES deverá adotar em 1998 para barrar a aplicação dos planos neoliberais.

O PCdoB e a *Articulação* defendem para as próximas eleições uma frente de centro-esquerda que reúna "todos os progressistas", buscam alianças com figurões como Brizola, Arraes, Ciro Gomes e Itamar, entre outros. Com estes senhores, como aliados, já podemos imaginar qual vai ser o programa apresentado: privatizações defendidas por Itamar, aceleração das reformas "a la" Ciro Gomes, o carinho com os usineiros e o seqüestro de grevistas como faz Miguel Arraes e a aplicação da LDB do PDT de Brizola.

A única saída para a crise que vive o país hoje, inclusive na Educação, é apresentarmos um programa baseado nas reivindicações históricas da classe trabalhadora e da juventude que proponha o não pagamento da dívida externa, reforma agrária controlada pelos trabalhadores, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, Educação e Saúde públicas e gratuitas; sobretaxação das grandes fortunas, enfim, um programa que faça os ricos pagarem o preço da crise pela qual eles são os responsáveis e principais beneficiários.

Esse programa, ao contrário da ilusão que semeiam o PCdoB e a *Articulação*, jamais será implementado por qualquer burguês. Este só é possível se lutarmos desde já pela constituição de uma frente dos trabalhadores e da juventude que chame a mobilização contra o governo FHC, e que se apresente nas eleições com a alternativa de um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Por isso, defendemos que o Congresso da UBES se incorpore na luta por este programa, com Lula presidente e um vice indicado pelo MST.

SÃO PAULO *No município de Franco da Rocha, movimento mobiliza população*

Perueiros lutam por transporte alternativo

Alexandre Fusco,
de Franco da Rocha (SP)

Em outubro, São Paulo viveu uma importante mobilização dos perueiros. Nesta cidade, onde o transporte público tem uma das tarifas mais caras do mundo e serviço de péssima qualidade, as lotações com peruas (o chamado transporte alternativo) acabam sendo uma opção para a população. Com um desemprego de 1,4 milhões, esta é também uma alternativa de trabalho.

A situação não é diferente em outros municípios do Estado. Em Franco da Rocha, cidade dormitório da Grande São Paulo, existe apenas uma empresa de ônibus, a Lago Azul. Hoje, a passagem custa R$ 0,90 e problemas como superlotação, falta de higiene e de segurança são uma constante.

Apoio da população mostra que transporte coletivo é péssimo

Devido à insuficiência do transporte, em 1996 a prefeitura dirigida por Mário Maurici, do PT, procurou criar um transporte alternativo, através de uma lei regulamentando o trabalho de 80 perueiros. Em fevereiro de 1997 o atual prefeito, José Benedito Hernandez, do PTB, mandou para a Câmara Municipal uma lei revogando o artigo do transporte alternativo.

A regulamentação das peruas foi derrubada e, desde então, os perueiros começaram a se mobilizar, com várias manifestações que foram ganhando o apoio da população. No dia 17 de junho foi entregue ao presidente da Câmara o Projeto de Iniciativa Popular de autoria do Comitê em Defesa do Transporte Alternativo em Franco da Rocha, visando a criação e a regulamentação do serviço de transporte urbano especial de passageiros no município. No entanto, a Câmara está adiando a votação.

É importante ressaltar aqui a atuação da esquerda. A Câmara Municipal, que tinha seis vereadores do PT, hoje conta só com dois, que apóiam o movimento. Os outros quatro saíram do PT e passaram a apoiar o prefeito. O PCdoB participa diretamente da administração através de Ricardo Leonard, na diretoria da Ação Social.

Em julho, o Comitê publicou um panfleto pelo imediato retorno das peruas, assinado pelos vereadores Adão B. Pereira, Manoel, Suely Tozato e José Canstantino; pelos sindicatos dos comerciários, metalúrgicos, gráficos, funcionários municipais e Apeoesp; e pelos partidos PT e **PSTU**. Ao mesmo tempo, surgiu um panfleto sem assinatura que foi utilizado pelo presidente da Câmara e pelos parlamentares que apóiam o prefeito para tentar afastar os vereadores Adão e Suely. A população se mobilizou e num ato de mais de 500 pessoas conseguiu barrar a manobra.

A mobilização dos perueiros de Franco da Rocha continua. Ainda que um setor divisionista esteja investindo em uma cooperativa incentivada indiretamente pelo próprio prefeito, 50 trabalhadores do transporte alternativo permanecem na luta, com o apoio da população.

Protesto de perueiros em São Paulo

Em São Paulo, prefeitura favorece empresários

Na cidade de São Paulo, o prefeito Celso Pitta cede sistematicamente aos interesses dos donos das empresas de ônibus, que querem monopolizar o transporte da capital. É neste sentido que, após a privatização da CMTC na gestão de Paulo Maluf, a atual administração e a Câmara Municipal aprovam um projeto pelo qual apenas 2.700 perueiros são cadastrados pela prefeitura, enquanto 12,3 mil continuam clandestinos.

A liderança dos perueiros, após muitas manifestações, acabou fechando um acordo com o presidente da Câmara, Nelo Rodolfo, do PPB, garantindo condições de trabalho só aos que já estavam regularizados, causando uma divisão que enfraqueceu o movimento.

Em relação à luta dos perueiros, foi criminoso o comportamento dos sindicatos dos condutores, tanto o de São Paulo como o de Jundiaí e Região (que engloba Franco da Rocha). Mobilizando os motoristas e cobradores contra o movimento, dirigentes destes sindicatos ligados à *Articulação Sindical* ficaram ao lado dos donos das empresas com a alegação de que os perueiros causam desemprego. (A.F.)

Pelo transporte público estatizado

O **PSTU** apóia a luta dos perueiros e também as suas reivindicações, pois é necessária a regulamentação deste tipo de transporte. Mas só será possível oferecer transporte público de boa qualidade para a população com a estatização do transporte coletivo.

Nas eleições municipais de 1996, o **PSTU** apresentou sua proposta socialista para o transporte no *"Projeto de programa para São Paulo"*, antecipando uma resposta a situação vivida hoje. Neste documento, o partido defende a prioridade total para o transporte coletivo, de massa e público para servir à população trabalhadora.

Entre as propostas concretas, estão o congelamento das tarifas e abertura dos livros das empresas para uma auditoria; subsídio das tarifas e investimento no transporte público custeado pelos grandes capitalistas; criação do passe único mensal e criação de um conselho municipal dos transportes sob controle dos usuários através de suas organizações sindicais e populares.

Temos que acrescentar aqui as reivindicações dos motoristas e cobradores como a melhoria dos salários, redução da jornada para seis horas, assistência médica gratuita e melhores condições de trabalho.

Para o **PSTU,** caberia ao Conselho Popular de Transporte nos municípios definir o planejamento, o percurso, a frequência e a tarifa dos meios de transporte. **(A.F.)**

ESPANHA *Trabalhadores da Maganeti-Marelli pedem solidariedade internacional*

O relato de uma mobilização heróica

Recebemos recentemente um relato da mobilização dos operários e operárias espanhóis da empresa Maganeti-Marelli, pertencente ao grupo Fiat. O relato nos foi enviado pelo ***Partido Revolucionário dos Trabalhadores*** *da Espanha, com o qual o* ***PSTU*** *mantém fraternais relações.*

A fábrica Magneti-Marelli (M-M) de Barberá del Vallés (Barcelona-Espanha), pertencente ao Grupo Fiat, apresentou em abril deste ano um plano de demissões para colocar na rua 268 trabalhadores (68% do total da fábrica).

Os trabalhadores iniciaram uma grande mobilização para enfrentar o plano. Após 11 dias de greve, conseguiram em 19 de abril que a patronal firmasse um acordo perante a Justiça do Trabalho retirando o plano de demissões e se comprometendo a negociar um plano de longo prazo para a fábrica antes de apresentar novas demissões para a Administração do Trabalho (na Espanha os patrões devem ser autorizados pela dita administração em caso de dispensa coletiva).

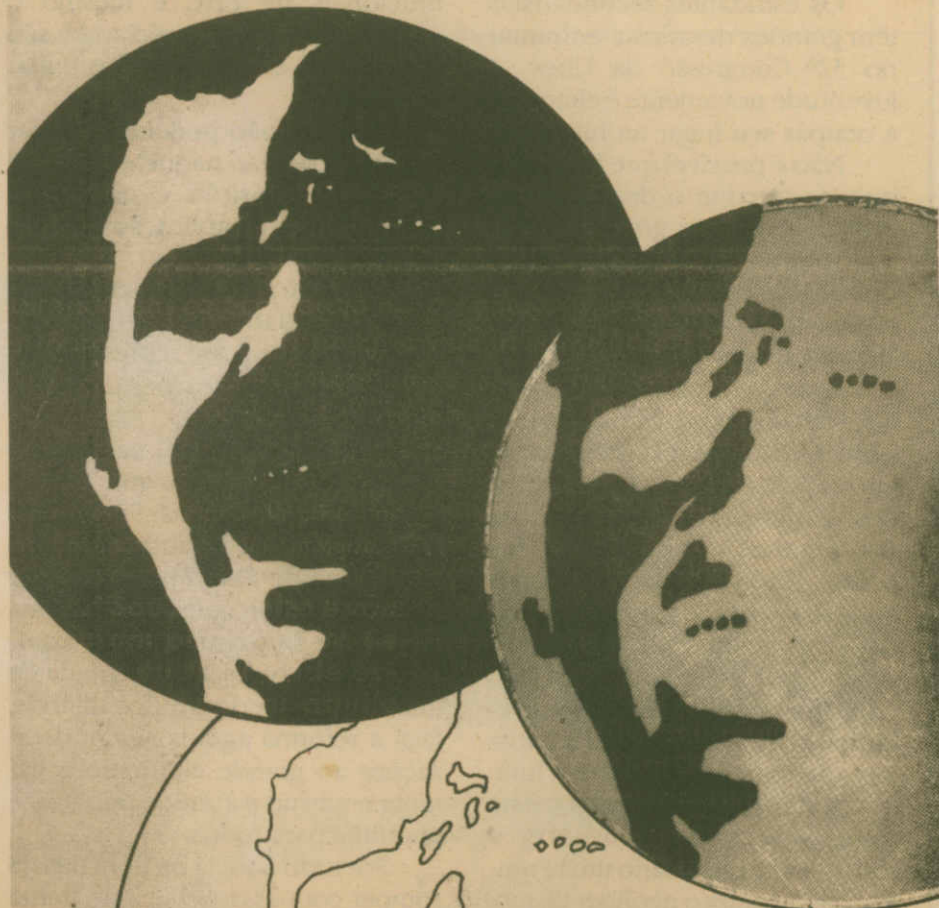
Trabalhadores lutam desde abril contra plano de demissões

As trabalhadoras e trabalhadores da Magneti-Marelli puderam manter a unidade até o final através da firme decisão da assembléia de não negociar as demissões, e ao apoiarem-se nos métodos da democracia operária. Não permitiram que a luta ficasse isolada na empresa. Lutaram para transformar o problema das demissões em um problema social e político, e buscaram a unidade com todos os trabalhadores da região.

Houve um importante esforço para arrancar o apoio de sindicatos, partidos de esquerda e parlamentares. A coordenação com outras empresas em luta foi impulsionada e um movimento de solidariedade em outras fábricas, nos bairros e entre a juventude foi organizado. E desde o princípio se trabalhou para organizar internacionalmente a unidade de todos os trabalhadores do grupo M-M na Europa.

O resultado da mobilização foi uma importante vitória. Tanto pela maneira como levaram a greve como por seu próprio resultado, os trabalhadores da M-M se converteram em um ponto de referência para setores significativos do movimento operário da comarca.

No entanto, em 14 de outubro, violando o pacto firmado em abril, a direção da fábrica apresentou um "expediente de regulamentação do emprego" para despedir 159 trabalhadores e suspender as atividades, durante 60 dias, do restante dos funcionários. Esta medida foi acompanhada do anúncio público de que "ou se consegue reduzir o quadro de funcionários, ou a unidade será fechada".

A direção da fábrica não apresenta nenhuma razão, como perdas ou crise industrial, para as demissões. Simplesmente "causas tecnológicas e organizativas do Grupo". Foi dito aos trabalhadores que o plano industrial é feito exclusivamente pela multinacional e, portanto, totalmente inegociável. O único fator "negociável" é o valor a ser pago aos demitidos e só "se aceitarem o plano em sua totalidade e não fizerem bagunça".

A diferença que existe em relação à luta de abril é que hoje a M-M não é a única fábrica a adotar estas medidas na região. Há diversas empresas importantes, quase todas multinacionais, que também tentam impor planos massivos de demissões. Estamos diante de uma situação que exige uma resposta unitária: "barrar os ataques das multinacionais".

A M-M pretende dar um duro golpe nos trabalhadores de Barberá, e está disposta a usar todos os recursos a seu alcance. Frente ao ataque patronal os trabalhadores da M-M tomaram como palavras de ordem "Retirada do plano de demissões" e "Respeito aos acordos de 19 de abril".

Para isso, foi pedido o apoio dos sindicatos e dos parlamentares de esquerda; a solidariedade dos companheiros de outras empresas espanholas; foi feito o envio de cartas a outras fábricas européias do grupo e pressão nas estruturas sindicas para a convocação conjunta de uma manifestação em solidariedade aos trabalhadores ameaçados.

Em 28 de outubro foi declarada a sentença dos tribunais, desfigurando conscientemente os fatos e dando razão à multinacional. Com a publicação da sentença começa a fase mais dura do enfrentamento. Os resultados desta luta vão depender de conseguirmos fazer desta mobilização o catalisador de um potente movimento de massas; e também da profundidade da campanha internacional de solidariedade com as companheiras e companheiros da M-M.

Magneti-Marelli é referência de luta

Esta unidade da Magneti-Marelli tem 424 trabalhadores, a metade dos quais são mulheres. Ela está localizada na comarca de Vallés Ocidental, que faz parte do "cinturão vermelho" de Barcelona e é uma das concentrações industriais mais importantes da Catalunha e da Espanha.

Nesta comarca a esquerda é amplamente majoritária, controlando a grande maioria dos "ayuntamentos" (espécie de prefeituras) e da representação parlamentar. O movimento sindical é um dos mais importantes da Catalunha, sendo que o sindicato majoritário é o "Comisiones Obreras (CCOO)", dominado por um setor de oposição ao governo, próximo às posições de Julio Anguita, máximo dirigente da Esquerda Unida.

O PRT tem responsabilidade como parte da direção do movimento dos trabalhadores da Magneti-Marelli. A fábrica constitui uma referência importante para o movimento operário da comarca e da Catalunha por sua combatividade e por representar outra maneira de fazer sindicalismo, bem distinta à da direção oficial dos sindicatos, incluídos os presidentes de comarcas "da oposição". As trabalhadoras e trabalhadores da M-M têm uma larga trajetória de luta, na qual se destacam as mobilizações da primavera de 1989 pela equiparação salarial das mulheres quando, após 24 dias de greve, foi conseguida uma importante vitória.

Veja o que você pode fazer

Os companheiros da M-M solicitam que sejam enviadas mensagens de apoio à luta contra as demissões com o seguinte texto:

— Pela retirada do documento de regulamentação de emprego
— Respeito ao acordo de 19 de abril de 1997

Enviar para:

Sr. Ortiz, Director General de Relaciones Laborales de Catalunya
Fax: (0343) 228-57 35
Com cópia para o Comitê de luta de Magneti Marelli
Fax: (0343) 716-32 89

O recado de Lindberg ao Congresso da UBES

Os estudantes secundaristas têm grandes desafios a enfrentar no 32º Congresso da Ubes. A juventude novamente é chamada a ocupar seu lugar na história.

Não é possível que fiquemos quietos perante o desmonte do ensino público e gratuito, realizado através da municipalização do ensino básico, do fim do ensino técnico integral e do ensino do magistério de 2º grau.

Agora, com a crise das bolsas, FHC já deixou claro que virão ajustes violentos. Os trabalhadores e a juventude serão penalizados. Para manter aqui os lucros dos grandes especuladores das bolsas, FHC vai cortar ainda mais as verbas para a educação, saúde, agricultura etc. Precisamos novamente ir às ruas!

No entanto, necessitamos delimitar claramente quem são nossos aliados e inimigos nesta luta.

A direção da UJS vem a este Congresso querer convencer a todos que é necessário uma Frente Ampla contra o neoliberalismo. Quer que acreditemos que o PDT de Brizola, partido responsável pela LDB da reforma educacional, que o PSB de Miguel Arraes, o amigo dos usineiros de Pernambuco, que Ciro Gomes, fiel escudeiro das reformas constitucionais de FHC e mesmo o PMDB de Itamar e José Sarney são amigos dos estudante e dos trabalhadores.

Mas nós não podemos confiar e nem acreditar naqueles que se dizem de oposição e na prática auxiliam FHC na aplicação dos planos neoliberais.

Somente a aliança dos trabalhadores da cidade, dos sem-terra e dos estudantes pode representar as autênticas reivindicações do nosso povo.

Para derrotar FHC nas lutas e nas eleições do ano que vem é preciso construir uma Frente dos Trabalhadores e levantar bem alto a bandeira de *Lula Presidente com um vice do MST*, com um programa que deixe de pagar a dívida externa, realize a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, faça a reforma agrária sem indenizações ao grande latifúndio e garanta o ensino e a saúde públicos e gratuitos para todos.

Por tudo isso, tá na hora da UJS romper com essa política de frente ampla com a burguesia e defender neste congresso a aliança dos estudantes com os trabalhadores do campo e da cidade. Pois está na hora de termos uma UBES de luta, democrática e de base.

Lindberg Farias

Sergio Koe

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA

Nome completo ______

Endereço ______

Cidade ______ Estado ______

CEP ______ Telefone ______

24 EXEMPLARES

- ☐ 1 parcela de R$ 25,00
- ☐ 2 parcelas de R$ 12,50
- ☐ 3 parcelas de R$ 8,40
- ☐ Solidária R$ ______

48 EXEMPLARES

- ☐ 1 parcela de R$ 50,00
- ☐ 2 parcelas de R$ 25,00
- ☐ 3 parcelas de R$ 16,70
- ☐ Solidária R$ ______

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - CEP 0412f-000

Contribua com o PSTU

O PSTU se sustenta apenas com a contribuição regular dos seus militantes e a colaboração de seus simpatizantes. É a partir destas contribuições que podemos manter nossas sedes, nosso jornal, etc. Nós nos orgulhamos de recorrer aos trabalhadores e estudantes, aos nossos amigos e simpatizantes que são os que ajudam a manter o PSTU cada vez mais forte.

Por isso estamos lançando nossa campanha financeira anual. Sem a sua inestimável colaboração não poderemos prosseguir na construção de uma alternativa anticapitalista, socialista e internacionalista. Quando você for procurado por um militante do PSTU, não deixe de colaborar com a nossa campanha financeira.

Ajude a levantar cada vez mais alto a bandeira do socialismo.

PSTU

jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92